cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.06 06:36:16 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 6 de março de 2024 • Nº 1756 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

STF

Para Barroso, criminalização do aborto é má política pública

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, criticou ontem a criminalização do aborto em geral, que disse ser uma "má política pública". Para ele, apesar de o ato ser indesejável, de nada serve aprisionar mulheres que o praticam. "O aborto é uma coisa indesejável, que deve ser evitado. O papel do estado é impedir que ele aconteça, na medida do possível, dando educação sexual, dando contraceptivos, amparando a mulher que deseje ter o filho, mas colocá-la na cadeia, se viveu esse infortúnio, não serve para absolutamente nada, é uma má política pública a criminalização", disse Barroso. A declaração foi feita na abertura da sessão desta terça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também presidido por Barroso. O ministro quis registrar o que já foi feito e o que ainda resta por fazer na conquista de direitos pelas mulheres, diante do Dia Internacional da Mulher, celebrado na próxima sexta-feira. PÁGINA 7

Exportações

TCU não vê irregularidade em financiamentos do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disse ontem que a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de aperfeiçoar a atuação do banco no financiamento à exportação de bens e serviços de empresas brasileiras é mais um passo no processo de reconstrução da instituição. Segundo nota enviada após o julgamento, ao reconhecer a ausência de irregularidades no financiamento do BNDES às exportações de bens e serviços, o TCU reforçou a segurança jurídica sobre essas operações, e jogou luz sobre um tema que é alvo de ampla campanha difamatória. "Além disso, propõe medidas que contribuem para a ampliação da transparência e da qualidade desses programas", afirmou o banco. De acordo com o BNDES, no ano passado houve crescimento de 44% nas aprovações de crédito, que totalizaram R$ 218,5 bi. PÁGINA 2

Perse

WILSON DIAS/ABRASIL

Governo prepara PL com novo programa para setor de eventos

Após resistência de parte dos parlamentares, o governo concordou em enviar um projeto de lei, com urgência constitucional, para criar uma nova versão do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), informou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**). O projeto também tratará da alíquota menor da Previdência Social paga por pequenos municípios. A decisão ocorreu após reunião na manhã desta terça-feira com o presidente da Câmara, Arthur Lira, e com líderes partidários da Casa. Inicialmente previsto para o início de fevereiro, o encontro ocorreu com um mês de atraso, por falta de acordo com os líderes da base aliada e por causa da reunião de ministros do G20. PÁGINA 3

Senado

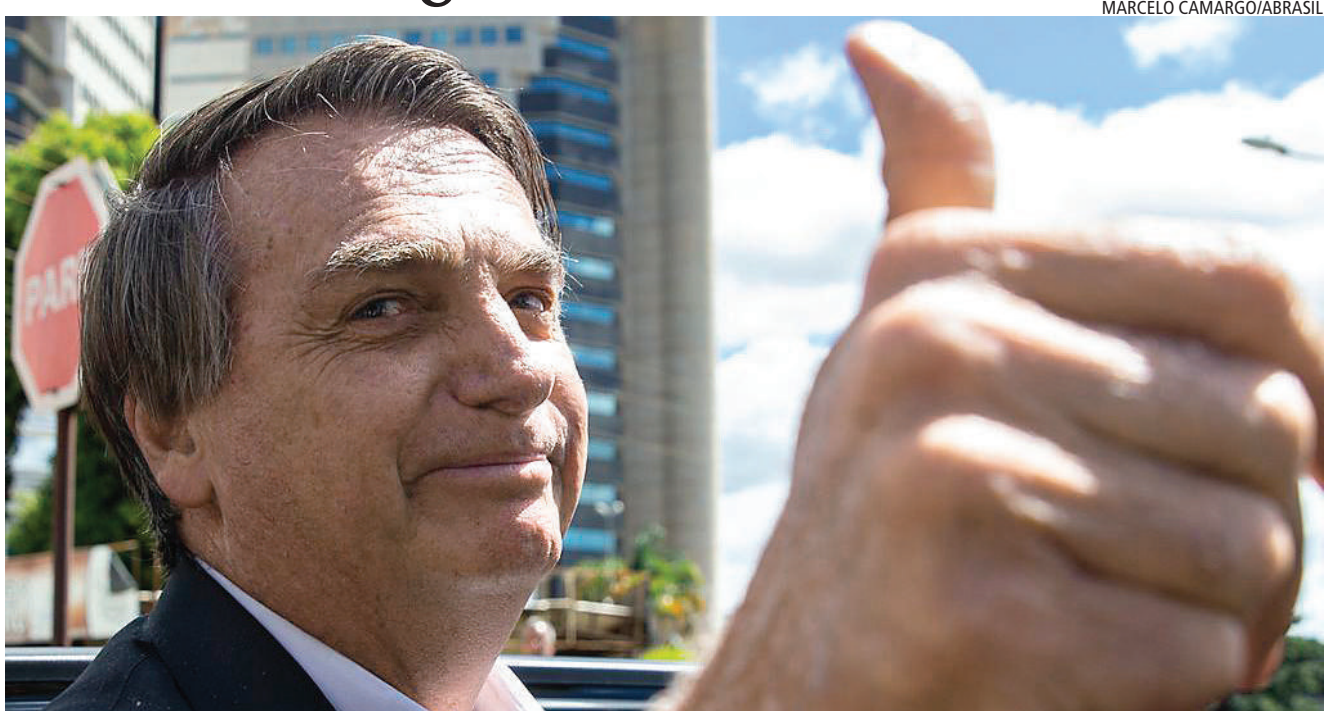
Pacheco vai esperar STF julgar porte de maconha

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem, que vai esperar o Supremo Tribunal Federal (STF) terminar o julgamento sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal antes de pautar a votação da chamada PEC das Drogas. A proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo senador, endurece a legislação antidrogas e criminaliza a posse e o porte de qualquer quantidade de entorpecentes ilícitos. "É muito importante, eu disse a eles (senadores), nós aguardarmos a decisão do Supremo Tribunal Federal, que julga um caso concreto, um recurso extraordinário e que discute aspectos de constitucionalidade, de descriminalização. Eu já externei o meu ponto de vista em relação a isso, da integridade da lei que foi votada no Congresso Nacional. Vamos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal e fazer uma avaliação", afirmou Pacheco. PÁGINA 7

Corrupção

TCU aponta fraudes em contratos da PRF no governo de Bolsonaro

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O Tribunal de Contas da União (TCU) instaurou auditoria para fiscalizar contratos entre o governo federal e a empresa Combat Armor Defense do Brasil e com sua filial. Segundo relatório da Corte de Contas foram identificados indícios de irregularidades em contratações envolvendo a empresa e unidades da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O documento mostra que o "nascimento" da Combat Armor Defese Inc e a representação no Brasil se deu em janeiro de 2019, no início do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**). PÁGINA 7

Guerra no Oriente

Hamas rejeita proposta de cessar-fogo temporário

O Hamas insiste num cessar-fogo permanente e na retirada completa das tropas israelenses de Gaza, ao invés de uma pausa temporária nas hostilidades, disse um responsável político do grupo. "A segurança do nosso povo só será alcançada por meio de um cessar-fogo permanente, do fim da agressão e da retirada de cada centímetro da Faixa de Gaza", disse Osama Hamdan a jornalistas, em Beirute, ontem. As negociações de cessar-fogo no Cairo terminaram sem avanços. A administração do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, apoiador de Israel, pressiona por um cessar-fogo temporário antes do início do mês sagrado muçulmano do Ramadã. PÁGINA 8

INDICADORES

IBOVESPA: -0,19% / 128.098,11 / -242,43 / Volume: R$ 20.632.606.152 / Negócios: 3.761.423

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
COGNA ON ON NM	2.72	+5.43	+0.14
CVC BRASIL ON NM	3.52	+5.39	+0.18
BRF SA ON NM	15.94	+4.18	+0.64
HAPVIDA ON NM	3.75	+4.17	+0.15
AZUL PN N2	12.36	+3.87	+0.46

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
VIBRA ON NM	25.10	–5.50	–1.46
BRASKEM PNA N1	21.09	–4.74	–1.05
P.ACUCAR-CBDON NM	3.45	–4.17	–0.15
HYPERA ON EJ NM	32.68	–2.91	–0.98
RAIZEN PN N2	3.540	–2.21	–0.080

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	65.85	–1.32	–0.88
PETROBRAS PN N2	39.96	–0.30	–0.12
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33.78	–0.09	–0.03
ULTRAPAR ON NM	29.00	–0.68	–0.20
B3 ON ED NM	12.19	–0.89	–0.11

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.585,19	-1,04
NASDAQ Composite	15.939,587	-1,65
CAC 40	7.932,82	-0,30
FTSE 100	7.646,16	+0,08
DAX	17.698,4	-0,10
Ftse Mib	33.146,16	+0,71

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	-0,52% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA 15**	0,78% (fev.)	Compra: 5,4330	Venda: 5,6130
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 4,9488	+0,03%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(06/03)	0,5090%	BM&F/grama	R$ 340,89	Compra: 4,9550	Venda: 4,9556
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(06/03)	0,0090%	Compra: 5,3778	Venda: 5,3785	Compra: 4,9754	Venda: 5,1554

Economia

MERCADOS

Bolsa tem leve perda, aos 128 mil pontos, com Nova York e China

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve um dia de variação contida em boa parte da sessão, mas acentuou o sinal negativo pouco antes das 17h, acompanhando deterioração em Nova York, onde as perdas chegaram a 1,65% (Nasdaq) no fechamento. Assim, na mínima do fim da tarde, cedeu a linha dos 128 mil, aos 127.823,31 (-0,40%), saindo de máxima, mais cedo, a 128.989,02. Ao fim, mostrava leve baixa de 0,19%, a 128.098,11 pontos, no menor nível de encerramento desde 15 de fevereiro. Como segunda-feira, o giro de ontem seguiu moderado, a R$ 20,6 bilhões. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) cai 0,84% e, nas três primeiras sessões de março, acumula perda de 0,71% - no ano, cede 4,54%.

Entre as ações de maior liquidez na B3, poucas conseguiram evitar baixa, com destaque para Bradesco (ON +1,07%, PN +0,51%) e Banco do Brasil (ON +0,69%). Vale ON seguiu no negativo (hoje -1,32%), a R$ 65,85, em dia de reação ambivalente do mercado à meta oficial de crescimento da China para o ano, de 5% - não tanto pelo porcentual, mas pelo pouco detalhamento dos instrumentos que serão aplicados para estimular a economia, que já vem sob escrutínio do mercado há um bom tempo.

Em dia de prosseguimento do ajuste negativo no petróleo, ainda que em grau moderado, as ações ON e PN da Petrobras acompanharam o sinal da commodity e fecharam, respectivamente, em baixa de 0,61% e 0,3%. Na ponta perdedora do Ibovespa, destaque para Vibra (-5,5%), Braskem (-4,74%) e Pão de Açúcar (-4,17%). No lado oposto, Cogna (+5,43%), CVC (+5,39%) e BRF (+4,18%).

DÓLAR

O dólar ganhou força durante a tarde e fechou o dia em alta de 0,16% em relação ao real, cotado em R$ 4,9557 no segmento à vista. Mais cedo, a moeda havia sustentado uma leve queda por volta das 12 horas, amparada pelos resultados abaixo do esperado no índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) de serviços em fevereiro.

Aqui, a divisa chegou a tocar a mínima, de R$ 4,9404 (-0,14%), mas logo depois avançou até a máxima, de R$ 4,9617 (+0,29%).

BNDES

TCU não vê irregularidade no financiamento à exportação

DENISE LUNA/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disse ontem que a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de aperfeiçoar a atuação do banco no financiamento à exportação de bens e serviços de empresas brasileiras é mais um passo no processo de reconstrução da instituição.

Segundo nota enviada após o julgamento, ao reconhecer a ausência de irregularidades no financiamento do BNDES às exportações de bens e serviços, o TCU reforçou a segurança jurídica sobre essas operações, e jogou luz sobre um tema que é alvo de ampla campanha difamatória.

"Além disso, propõe medidas que contribuem para a ampliação da transparência e da qualidade desses programas", afirmou o banco.

De acordo com o BNDES, no ano passado houve crescimento de 44% nas aprovações de crédito, que totalizaram R$ 218,5 bilhões. Além disso, o banco apresentou crescimento em todas as demais fases de suas operações comparativamente a 2022, como consultas (R$ 270,8 bilhões, com aumento de 88%) e aprovações (aumento de 32%, atingindo R$ 174,5 bilhões), com a carteira de crédito expandida alcançando o valor de R$ 515 bilhões, o maior dos últimos cinco anos.

O BNDES esclareceu ainda, que não apoia obras estrangeiras ou projetos em outros países. Da mesma forma, em nenhuma modalidade oferecida pela instituição há envio de recursos para o exterior. "A atuação do BNDES no financiamento à exportação de bens e serviços se dá exclusivamente para empresas brasileiras, gerando emprego e renda no Brasil", informou o banco.

"Todas as operações são resguardadas por garantias do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que só recebeu recursos públicos quando da sua constituição. Depois disso, o Fundo foi composto exclusivamente por prêmios pagos pelas próprias empresas exportadoras", explicou, informando que o banco possui uma taxa de inadimplência de 0,01%, uma das mais baixas do mercado financeiro.

ALCKMIN

Fortalecer acordos comerciais é uma das prioridades do governo

LETYCIA BOND/ABRASIL

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que, entre as prioridades atuais do governo, no âmbito da economia, estão o fortalecimento de acordos comerciais com países vizinhos e o fomento da indústria através da digitalização e desburocratização. A declaração foi dada durante a abertura do 1º Encontro Nacional da Indústria e Serviços, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Participam do evento, que será encerrado ao fim da tarde, 30 entidades setoriais, que representam aproximadamente 6 mil companhias.

"O presidente Lula recomeçou a inserção do Brasil no mercado global começando pelos vizinhos, aqui pela América do Sul. O mundo, embora seja globalizado, o comércio é muito intrarregional. Se a gente pegar Canadá, Estados Unidos e México, 50% é entre eles. Se pegar a União Europeia, 60% é entre eles", disse.

"Precisamos recuperar os vizinhos, retomar as exportações e o comércio na nossa região. Na América Latina, é 26% somente o comércio intrarregional. Então, a primeira boa notícia foi a ampliação do Mercosul. Eram quatro países e ingressou a Bolívia. Depois de 12 anos, o Mercosul fez um acordo com a Singapura e está trabalhando a União Europeia. Vai ser muito importante esse avanço. Ele é permanente, é um esforço que o Mercosul tem feito", emendou.

Alckmin disse que o Brasil "não tem nenhum litígio", o que deve ser aproveitado como uma vantagem no fechamento de negócios. Ele acrescentou que o momento é marcado por "muita liquidez" no mundo e que isso pode ensejar o aumento de investimentos no país.

O vice-presidente, que também cumpre agenda em Sorocaba, onde visitará uma fábrica da Toyota, comemorou algumas realizações do primeiro ano de governo e pontuou outras metas que devem nortear as políticas públicas na área econômica, como a sustentabilidade e a diminuição do custo de capital. Como destaques, citou a queda da inflação, do Risco Brasil, do dólar, que provoca a valorização do real. "E tivemos aumento das exportações, do PIB (Produto Interno Bruto), da Bolsa. Tivemos ganhos importantes", acrescentou. "Devemos ter um ano melhor", avaliou.

Também presente no evento, o presidente da Fiesp, Josué Gomes, seguiu a linha de Alckmin e discursou a favor da transição energética, que considera ferramenta fundamental para se refrear as mudanças climáticas e as desigualdades sociais. Para Gomes, outro ponto importante é a promoção da Indústria de Transformação. "Se a Indústria de Transformação estivesse puxando o crescimento, estaríamos crescendo muito mais", afirmou.

NOVA DATA PARA AGC

Maioria dos credores da Oi aprova suspensão de assembleia

JULIANA GARÇON/AE

A maioria dos credores da Oi aprovou a suspensão da assembleia geral dos credores (AGC), que deverá ser retomada no próximo dia 25. A votação aconteceu após intervalo de uma hora, solicitado pela companhia, para interação com os credores.

Na retomada dos trabalhos, o gerente geral da regional da Anatel RJ, Rodrigo Vieitas Sarruf de Almeida, relatou o andamento dos processos na agência reguladora e no Tribunal de Contas da União (TCU).

O executivo também solicitou que a AGC fosse adiada, de forma que os credores tenham visibilidade e maior clareza de elementos necessários para analisar o tema.

BAHIA

Empregados da Refinaria de Mataripe param por 24h hoje contra demissões

DENISE LUNA/AE

Os trabalhadores da Refinaria Mataripe, antiga refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, decidiram pela paralisação por 24 horas das atividades hoje, a partir das 6h15, em protesto contra demissões na unidade, informou a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

A refinaria, privatizada em 2021 e comprada pelo fundo de investimento árabe Mubadala, é administrada pelo grupo Acelen. De acordo com a FUP, a Acelen demitiu 150 trabalhadores, sendo 30 próprios e 120 terceirizados. A empresa conta hoje com 1.725 empregados, dos quais 700 terceirizados.

"Somente nesta terça-feira, 5, ou seja, em apenas um dia, foram demitidos 28 empregados. Lutamos pela manutenção dos empregos e contra a política irresponsável da Acelen que promove a cada dia demissão em massa", afirmou em nota o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Atualmente, as entidades sindicais vinham travando negociações em defesa de 300 funcionários da Petrobras transferidos da refinaria, depois da privatização.

Segundo Bacelar, as demissões ocorrem após a viagem ao Oriente Médio, em fevereiro, do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que anunciou a construção de uma parceria com o Mubadala para que a estatal brasileira retome a operação da unidade.

"Tudo indica que depois desse anúncio, a Acelen está reduzindo o número de efetivo - próprio e terceirizado - o que impacta na manutenção das unidades e na segurança das atividades", disse Bacelar.

Ele acrescentou que a FUP vem recebendo denúncias de que no Terminal Madre de Deus, na Bahia - operado pela Transpetro, mas vendido ao Mubadala junto com a refinaria - os contratos de manutenção foram reduzidos, provocando demissões de pessoal.

O movimento foi aprovado em reunião com representantes da FUP, do Sindipetro Bahia e do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial (Siticcan).

ATÉ 2030

Toyota confirma que irá investir R$ 11 bi

ELISA CALMON/AE

A Totoya confirmou ontem à tarde, o investimento de R$ 11 bilhões no Brasil até 2030. O montante será utilizado para ampliar a capacidade de produção de veículos e motores com tecnologia híbrida flex. A previsão é de criação de 2 mil novos empregos, podendo chegar a 10 mil vagas ao considerar postos indiretos na cadeia produtiva.

Do montante total, R$ 5 bilhões estão confirmados até 2026 para a produção de um novo veículo compacto híbrido flex, anunciado no ano passado e com previsão de produção para 2025.

Outro modelo com a mesma tecnologia, desenvolvido especialmente para o Brasil, também está na agenda, com maiores informações ainda a serem divulgadas.

"O desenvolvimento de novos produtos, a necessidade de capacidade de expansão e forte demanda, interna e externa, motivaram esse investimento", afirma o CEO da Toyota no Brasil, Evandro Maggio, em entrevista ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Para atender à demanda aquecida por veículos eletrificados, a companhia vai investir na expansão do parque fabril em Sorocaba (SP), que atualmente funciona a plena capacidade.

Com a ampliação, as operações de Indaiatuba (SP) serão transferidas para a cidade de forma gradual, a partir de meados de 2025, com conclusão prevista para o fim de 2026.

FOLHA DE PAGAMENTO

Padilha: 'Não vamos retirar mais nada da MP sobre desoneração'

CAIO SPECHOTO E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem. que o governo não fará mais alterações na medida provisória que interrompeu a reoneração da folha de pagamentos - o que significa que o Perse, programa de apoio ao setor de eventos criado na pandemia e mantido nos anos seguintes pelo Congresso, continuará sem validade. Padilha falou em negociar uma proposta sustentável para o setor.

O ministro das Relações Institucionais falou na porta do Palácio da Alvorada, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá líderes do Senado nesta noite. Também participarão ministros e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco. De acordo com Padilha a reunião será para agradecer ao Senado pela aprovação de projetos do governo no ano passado.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

PERSE

Governo prepara PL com novo programa para setor de eventos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após resistência de parte dos parlamentares, o governo concordou em enviar um projeto de lei, com urgência constitucional, para criar uma nova versão do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), informou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O projeto também tratará da alíquota menor da Previdência Social paga por pequenos municípios.

A decisão ocorreu após reunião na manhã desta terça-feira com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e com líderes partidários da Casa. Inicialmente previsto para o início de fevereiro, o encontro ocorreu com um mês de atraso, por falta de acordo com os líderes da base aliada e por causa da reunião de ministros do G20 no Brasil, na semana passada.

Segundo Haddad, a Medida Provisória 1.202, editada em dezembro, não será alterada. A única mudança foi a retirada da reoneração gradual da folha de pagamento para 17 setores da economia, suprimida do texto no dia 28 de fevereiro para ser convertida em projeto de lei.

Em relação ao Perse, o ministro informou que o projeto de lei terá uma versão mais "focada" do programa, em vez de propor a extinção gradual, como ocorreu na medida provisória. Como o novo projeto de lei terá urgência constitucional, precisará ser avaliado pelo Congresso em até 45 dias, sendo votado na segunda quinzena de abril. A MP.1202 tem validade até maio.

IMPACTO

O ministro não estimou o impacto sobre os cofres públicos das medidas em discussão com os parlamentares. Segundo Haddad, tanto no caso do Perse como da reoneração da folha de pagamentos, o governo precisa remodelar os projetos para saber o tamanho e o escopo das medidas. Somente após esse estágio, será possível definir o tamanho da renúncia fiscal e as medidas para compensar a perda de receitas.

Na reunião desta terça-feira, Haddad apresentou a Lira e aos líderes dos partidos na Câmara o levantamento mais recente da Receita Federal sobre o impacto do Perse. "Em 2022, tivemos mais de R$ 10 bilhões de renúncia fiscal para o Perse e mais R$ 13 bilhões em 2023, já expurgadas as eventuais inconsistências dos informes dos próprios contribuintes. Mandei fazer um pente-fino bastante rigoroso para termos ideia do quanto está custando o Perse por ano", explicou. Haddad disse que os números podem aumentar, conforme as fiscalizações da Receita Federal.

Haddad disse ter recebido sugestões para blindar o programa de abusos, mas disse que as 11 mil empresas atendidas pelo Perse, programa criado para ajudar o setor de eventos afetado pela covid-19, faturam mais hoje do que antes da pandemia. "O faturamento em 2019 [das 11 mil empresas], portanto pré-pandemia, foi R$ 146 bilhões. O faturamento em 2020, o pico da pandemia, foi R$ 101 bilhões. E o faturamento em 2022, já foi R$ 200 bilhões, portanto nós já estamos em franca recuperação", ressaltou.

Com o pedido de alguns parlamentares para a continuidade do Perse, Haddad prometeu elaborar um estudo para verificar quais segmentos dentro do setor de eventos ainda não se recuperaram e precisam de ajuda.

QUARTO TRIMESTRE

Raia Drogasil tem lucro líquido de R$ 284,651 milhões

ARAMIS MERKI II/AE

A Raia Drogasil apresentou lucro líquido de R$ 284,651 milhões no quarto trimestre de 2023, o que representa uma alta de 2,4% na comparação com o mesmo período de 2022. No critério ajustado, o lucro líquido ficou em R$ 283,315 milhões, queda anual de 5,9%.

O Ebitda ajustado alcançou R$ 614,544 milhões no período de outubro a dezembro do ano passado, crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2022. A margem Ebitda foi de 6,4%, uma contração de 0,8 pontos porcentuais (p.p.).

"Essa contração se deveu principalmente ao benefício pontual de 0,5 p.p. na base do quarto trimestre de 2022, em função de ganhos de PIS/Cofins sobre insumos contabilizados no trimestre", explica a empresa no release que acompanha os resultados.

A Raia Drogasil também relata que teve um total de R$ 2 milhões em receitas não recorrentes líquidas no período. Isso inclui R$ 9,8 milhões em investimentos sociais e doações, R$ 38,0 milhões em baixas de ativos, além de R$ 5,8 milhões em outros itens não recorrentes.

A receita líquida de vendas e serviços ficou em R$ 8,924 bilhões, alta de 13,9% sobre o quarto trimestre de 2022. Já a receita bruta foi de R$ 9,557 bilhões, expansão de 12,7% em um ano.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

SPE das Americas 1 Empreendimentos Imobiliários, CNPJ nº 37.656.590/0001-15, torna público que SOLICITOU da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do Processo 23/300.001/2021, a Licença Municipal Prévia e de Instalação - LMPI, para desenvolvimento de projeto de construção de grupamento residencial multifamilar, situado à Avenida das Americas, 01 PAL 49294 L01 Barra da Tijuca.

BC

Galípolo: Estamos contentes com regime de câmbio flutuante

POR MARIA REGINA SILVA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O Banco Central (BC) está bastante contente com o sistema de câmbio flutuante, disse ontem, durante palestra em São Paulo, o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo. "É uma linha de defesa do País. O fato de o câmbio estar menos volátil se deve a várias medidas macroeconômicas da Fazenda, do Banco Central, do governo", afirmou.

Galípolo disse que o BC só vai atuar no câmbio quando perceber que há alguma disfuncionalidade. Afirmou que não existe um patamar de taxa que a autoridade monetária está perseguindo. Em sua visão, mesmo com o diferencial se fechado, o câmbio se mantém em um "bom patamar". Segundo ele, não há uma meta de câmbio a ser seguida pelo BC, "estamos só olhando."

O diretor voltou a afirmar que lá atrás, quando a autoridade monetária decidiu por adotar o *forward guidance*, o colegiado procurou mensurar o *trade-off* de se perder um pouco da liberdade no manuseio da política monetária vis-à-vis a redução da volatilidade dos mercados. Por enquanto, segundo Galípolo, o guidance funcionou muito bem a ponto de o BC ter se tornado "chato" no que diz respeito à volatilidade.

Ele disse também que a manutenção do guidance vai continuar observando a relação de ganhos e perdas entre menor liberdade e redução da volatilidade, mas que, se eventualmente vier a acontecer alguma mudança na orientação da política monetária, não significará necessariamente relação com uma taxa terminal de juros. "Mudanças no guidance não necessariamente significam uma correlação com a taxa de juros terminal", disse o diretor de Política Monetária do BC.

Galípolo também reforçou que o BC adotou cortes de meio ponto porcentual na taxa Selic para ganhar tempo e ver como as coisas se desdobram. Ele também disse que, acima da manutenção do guidance, está a dependência de dados. "Faltam informações ainda para começarmos a tatear qual será a taxa terminal", disse.

Superpesa Cia de Transportes Especiais e Intermodais
CNPJ/MF sob o n. 42.415.810.0001-59

Edital de Convocação - Assembleia Geral / Ordináriaextraordinária: A Superpesa Cia de Transportes Especiais e Intermodais, CNPJ/MF nº 42.415.810.0001-59, por meio de seu diretor-presidente, o Sr. João Alberto Machado Alves, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 13/03/2024, às 10h00min, em 1ª convocação, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 42.301, Campo Grande/RJ, CEP 23.078-002, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: (i) alteração de endereço da filial de Guarulhos/SP; e (ii) outros assuntos de interesse da Companhia. Os Acionistas poderão ser representados por terceiros que compareçam com o regular instrumento de procuração. João Alberto Machado Alves - Diretor Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDEERH-RJ -Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Municipio do Rio de Janeiro, com sede na Rio Branco n. 156, 32º Andar, Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os funcionários da empresa, LOGER INTRALOGISTICA E ARMAZENAGEM LTDA, CNPJ n. 09.540.260/0001-24, filiados e não filiados, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Sede do Sindicato no dia, 11/03/2024, às 10h00 (horário de Brasília) em 1ª convocação, às 10h30 (horário de Brasília) em 2ª e última convocação**, com qualquer número de presentes, para tratar da seguinte, **ORDEM DO DIA: A)** Aprovar e autorizar o Sindicato assinar o Acordo de reajuste salarial ano 2024/2025, citada acima **B)** Aprovar e autorizar a empresa o desconto de R$15,00 (quinze reais), mensais para todos os funcionários, inclusive os temporários. **C)** Assuntos gerais. Rio de janeiro, 28 de fevereiro de 2024.
Lindenberg Barbosa da Silva – Presidente.

SINDCVM

Servidores marcam dia 22 como limite para governo voltar a negociar

JULIANA GARÇON/AE

Os servidores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiram ontem, em assembleia, manter a operação padrão até o fim deste mês, disse o SindCVM, o sindicato da categoria. Eles fixaram o próximo dia 22 como data limite para que o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) marque nova rodada de negociação. Caso não tenham retorno do MGI, os servidores vão deliberar, em nova assembleia, no dia 27, sobre indicativo de paralisação de atividades.

O SindCVM informou que enviará ofício à ministra Esther Dweck, do MGI, lembrado que no dia 25 termina o prazo de seis meses para conclusão das negociações, conforme previa o regimento interno da Mesa Nacional de Negociações Permanentes (MNNP), instância de deliberação no âmbito do MGI.

Os servidores cobram a retomada das negociações com o governo. Eles apresentaram em setembro as suas reivindicações e desde então não houve mais desenvolvimentos, de acordo com o Sindicato Nacional de Servidores da Comissão de Valores Mobiliários (SindCVM). Já os servidores do Banco Central e da Receia Federal, cujas carreiras são consideradas congêneres às da CVM, estão avançando nas negociações.

No mês passado, os servidores da CVM iniciaram a operação-padrão, com eventual impacto sobre atendimentos e processos. Na semana passada, representantes do corpo funcional ser reuniram com o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, e o subsecretário de Reformas Microeconômicas e Regulação Financeira do MF, Vinicius Brandi.

Também na semana passada, o presidente da CVM, João Pedro Nascimento e a diretora Marina Copola tiveram encontro com integrantes do MGI para debater assuntos voltados à gestão administrativa, à gestão de pessoas e a potenciais demandas de servidores da CVM.

Os servidores reivindicam a fusão das carreiras do nível superior da CVM modificando a nomenclatura para Auditor do Mercado de Capitais ; a exigência de nível superior para o cargo de agente executivo da CVM ; a retribuição por produtividade aos servidores da CVM; a equiparação remuneratória dos Agentes Executivos com Técnicos do Bacen com a tabela dos servidores do Banco Central; o cumprimento do acordo entre o MGI e o sindicato quanto ao reposicionamento do cargo de auxiliar de serviços gerais da CVM e a paridade de remuneração com os seus pares de nível intermediário da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

INTELIPLAN PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 04.489.853/0001-90 - NIRE: 33.3.0026834-1
COMPANHIA FECHADA
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Realizada no dia 5 de março de 2024

1. Data, Horário e Local: Aos 5 (cinco) dias de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia por estar presente a totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4° do artigo 124 da Lei n° 6.404/76, conforme atestam as assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente da Assembleia: Leonardo Guimarães Pinto Secretário da Assembleia: Patricia Marina Martins Rodrigues **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo com relação ao objetivo atual da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76, e, por conseguinte, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir a redução do capital social. **5. Deliberações:** Aprovação da redução do capital social da Companhia em R$ 9.196.834,33 (nove milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos), passando o mesmo de R$ 9.591.253,19 (nove milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos) para R$ 394.418,86 (trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos), por julgá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia, sem o cancelamento de ações, a ser realizado mediante a restituição do valor aos acionistas da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Observado o prazo para oposição de credores, fica a Administração da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para implementar a transferência dos valores e a reforma do Estatuto Social. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Leonardo Guimarães Pinto - Presidente da Assembleia; Patricia Marina Martins Rodrigues - Secretária da Assembleia. Rio de Janeiro, 5 de março de 2024.

BC/Focus

Mercado reduz para 3,76% previsão de inflação em 2024

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve redução de 3,8% para 3,76% este ano. A estimativa está no Boletim Focus ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da inflação permaneceu em 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância. Em janeiro, pressionada pela alta dos alimentos, a inflação do país foi 0,42%, abaixo do apurado em dezembro, de 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, o IPCA soma 4,51%.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela quinta vez consecutiva, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões. A segunda reunião do ano do Copom está marcada para 19 e 20 de março.

Tangará Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Tangará Energia S.A. ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 12 de março de 2024, às 09:00 horas na sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Bloco 2, 4º andar, Jacarepaguá, CEP 22775-028 ("Assembleia"), a fim de, nos termos e para fins do art. 253, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), consignar a abertura do prazo para o exercício, pelos acionistas da Companhia que tiverem interesse, do direito de preferência para adquirir **(i)** até 211.912.503 (duzentos e onze milhões, novecentos e doze mil, quinhentos e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, de emissão da Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.395.349/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22775-028 ("Rio Grande"); e **(ii)** até 104.484.049 (cento e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, de emissão da Pequena Central Hidroelétrica Zé Tunin S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.412.280/0001-24, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22775-028 ("Zé Tunin"), na proporção das respectivas participações detidas por cada um dos acionistas no capital social da Companhia, em decorrência da oferta vinculante recebida pela Companhia para a venda da totalidade das ações de emissão da Rio Grande e Zé Tunin detidas pela Companhia. Fica consignado que a consumação do exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia ocorrerá simultaneamente à consumação da transação descrita na oferta vinculante recebida pela Companhia. **Informações Gerais**: Poderão participar da Assembleia todos os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia na data da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, observado o disposto no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações. Para que os acionistas da Companhia possam tomar uma decisão informada sobre o exercício do direito de preferência, encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia a oferta vinculante recebida. Rio de Janeiro, RJ, 4 de março de 2024.
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor. (02, 05 e 06/03/2024)

vila do conde transmissora

VILA DO CONDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 07.072.909/0001-02

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente (emitido em 28 de fevereiro de 2024, sem modificações), estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		79	75
Títulos e valores mobiliários	8	31.253	35.208
Concessionárias e permissionárias	9	6.012	6.323
Ativo de contrato	10	30.419	29.053
Impostos e contribuições a recuperar		1.436	1.319
Outros ativos	11	15.377	12.412
Total do ativo circulante		**84.576**	**84.390**
Ativo de contrato	10	198.060	198.362
Total do realizável a longo prazo		**198.060**	**198.362**
Imobilizado e Intangível		3.999	4.000
Total do imobilizado + intangível		**3.999**	**4.000**
Total do ativo não circulante		**202.059**	**202.362**
Total do ativo		**286.635**	**286.752**

	Nota	2023	2022
Fornecedores		459	693
Salários e encargos a pagar		421	635
Imposto de renda e contrbuição social a recolher	12	6.949	7.167
Outros impostos e contribuições a recolher		1.232	1.100
Pis e Cofins diferidos	13	1.034	988
Dividendos	21 (b)	24.197	24.394
Encargos setoriais		2.424	1.324
Outros passivos		936	1.332
Total do passivo circulante		**37.652**	**37.633**
Pis e Cofins diferidos	13	4.555	4.610
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	29.864	29.749
Total do passivo não circulante		**34.419**	**34.359**
Total dos passivos		**72.071**	**71.992**
Capital social	16 (a)	74.300	74.300
Reserva de lucros	16 (b)	140.264	140.460
Total do patrimônio líquido		**214.564**	**214.760**
Total do passivo e patrimônio líquido		**286.635**	**286.752**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	48.395	48.787
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**48.395**	**48.787**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	**61.902**	**62.324**
Pessoal		(3.260)	(3.265)
Material		(362)	(318)
Serviços de terceiros	18 (a)	(5.345)	(7.097)
Outros		(687)	(146)
Custos operacionais		**(9.654)**	**(10.826)**
Lucro bruto		**52.248**	**51.498**
Pessoal		(263)	(297)
Serviços de terceiros	18 (b)	(2.471)	(2.665)
Provisão para perdas esperadas de créditos	9	(682)	-
Outros		(333)	(364)
Despesas operacionais		**(3.749)**	**(3.326)**
Resultado antes do resultado financeiro		**48.499**	**48.172**
Receitas financeiras		4.484	5.778
Despesas financeiras		(913)	(788)
Resultado financeiro	19	**3.571**	**4.990**
Resultado antes dos impostos		**52.070**	**53.162**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.559)	(4.141)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(116)	(234)
Imposto de renda e contribuição social	20	**(3.675)**	**(4.375)**
Lucro líquido do exercício		**48.395**	**48.787**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros a realizar	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**74.300**	**14.860**	**18.523**	**41.273**	**82.869**	**8.999**	**-**	**226.824**
Transferencia	16 (b)	-	-	(186)	186	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(27.458)	-	(8.999)	-	(36.457)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	48.787	48.787
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (b)	-	-	-	-	-	-	(24.394)	(24.394)
Dividendos adicionais propostos	16 (c)	-	-	-	-	-	24.394	(24.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**74.300**	**14.860**	**18.337**	**-**	**82.869**	**24.394**	**-**	**214.760**
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	16 (b)	-	-	-	-	-	(24.394)	-	(24.394)
Transferência para reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	-	82.869	(82.869)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	48.395	48.395
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (b)	-	-	-	-	-	-	(24.197)	(24.197)
Dividendos adicionais propostos	16 (c)	-	-	-	-	-	24.197	(24.197)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**74.300**	**14.860**	**18.337**	**82.868**	**-**	**24.197**	**-**	**214.564**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		48.395	48.787
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	116	234
- Imposto de renda e contribuição social correntes		3.559	4.141
- Provisão para perdas esperadas de créditos	9	-	-
- Pis e Cofins diferidos		(9)	78
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(4.009)	(5.654)
- Ativo de contrato - remuneração	10	(30.116)	(29.892)
		17.936	**17.694**
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		311	(808)
- Ativo de contrato	10	29.052	27.745
- Impostos e contribuições a recuperar		(117)	5
- Outros ativos		(2.965)	(2.110)
- Fornecedores		(235)	56
- Salários e encargos a pagar		(214)	(192)
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(1.450)	(1.449)
- Outros impostos e contribuições a recolher		131	(985)
- Encargos setoriais		1.100	215
- Outros passivos		(394)	11
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**43.155**	**40.183**
Impostos pagos sobre receita tributável		(2.327)	(7.644)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**40.828**	**32.539**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(58.075)	(60.047)
Títulos e valores mobiliários - resgates		66.038	81.758
Imobilizado e intangível		1	1
Caixa proveniente das atividades de investimento		**7.964**	**21.712**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	21 (b)	(48.788)	(59.010)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		**(48.788)**	**(59.010)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**4**	**(4.759)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75	4.834
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**79**	**75**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 15 de outubro de 2004 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social a: (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. ("CRTE"). A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") possui 100% de participação na CRTE, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a APG Infrastructure Pool 2012 com 49%. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de fevereiro de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações. **3.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **3.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IGP-M. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de 16% de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção de 22%, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 14% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar. **3.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **3.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

José Maurício Scovino de Souza Diretor
Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo Contador CRC-RJ 111193/O-8

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

LT TRIÂNGULO S.A.

CNPJ nº 07.272.615/0001-16

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente (emitido em 28 de fevereiro de 2024, sem modificações), estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		95	108
Títulos e valores mobiliários	8	16.355	22.729
Concessionárias e permissionárias	9	11.350	14.486
Ativo de contrato	10	53.701	117.339
Impostos e contribuições a recuperar		149	149
Outros ativos		2.391	6.701
Total do ativo circulante		**84.041**	**161.512**
Ativo de contrato	10	405.206	400.449
Total do realizável a longo prazo		**405.206**	**400.449**
Imobilizado e Intangível		4.695	4.696
Total do imobilizado + intangível		**4.695**	**4.696**
Total do ativo não circulante		**409.901**	**405.145**
Total do ativo		**493.942**	**566.657**

	Nota	2023	2022
Fornecedores		997	1.338
Salários e encargos a pagar		873	912
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	10.421	9.055
Outros impostos e contribuições a recolher		4.218	4.923
Pis e Cofins diferidos	13	4.659	10.180
Dividendos e juros sobre capital próprio	21 (b)	15.679	21.782
Encargos setoriais		8.400	8.226
Outros passivos		1.156	595
Total do passivo circulante		**46.403**	**57.011**
Pis e Cofins diferidos	13	34.392	34.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	86.067	93.949
Total do passivo não circulante		**120.459**	**128.645**
Total dos passivos		**166.862**	**185.656**
Capital social	16 (a)	171.600	171.600
Reserva de lucros	16 (b)	155.480	209.401
Total do patrimônio líquido		**327.080**	**381.001**
Total do passivo e patrimônio líquido		**493.942**	**566.657**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do período	36.797	51.030
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**36.797**	**51.030**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	**72.119**	**92.171**
Pessoal		(8.546)	(6.878)
Material		(836)	(756)
Serviços de terceiros	18 (a)	(9.863)	(10.301)
Outros		(1.437)	(1.481)
Custos operacionais		**(20.682)**	**(19.416)**
Lucro bruto		**51.437**	**72.755**
Pessoal		(762)	(492)
Serviços de terceiros	18 (b)	(3.699)	(3.744)
Provisão para perdas esperadas de créditos	9	(1.405)	-
Outros		(755)	(1.018)
Despesas operacionais		**(6.621)**	**(5.254)**
Resultado antes do resultado financeiro		**44.816**	**67.501**
Receitas financeiras		5.265	3.517
Despesas financeiras		(746)	(2.607)
Resultado financeiro	19	**4.519**	**910**
Resultado antes dos impostos		**49.335**	**68.411**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.421)	(20.952)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.883	3.571
Imposto de renda e contribuição social	20	**(12.538)**	**(17.381)**
Lucro líquido do exercício		**36.797**	**51.030**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**171.600**	**22.733**	**93.627**	**74.251**	**22.145**	**-**	**384.355**
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	(8.000)	-	(22.145)	-	(30.145)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	51.030	51.030
Reserva legal	16 (b)	-	2.552	-	-	-	(2.552)	1
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	16 (c)	-	-	-	-	-	(24.239)	(24.239)
Dividendos adicionais propostos	16 (c)	-	-	-	-	24.239	(24.239)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**171.600**	**25.285**	**85.627**	**74.251**	**24.239**	**-**	**381.001**
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	16 (b)	-	-	-	-	(24.239)	-	(24.239)
Transferência para reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	74.251	(74.251)	-	-	-
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	(49.000)	-	-	-	(49.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	36.797	36.797
Reserva legal	16 (b)	-	1.840	-	-	-	(1.840)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	16 (c)	-	-	-	-	-	(17.479)	(17.479)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	17.479	(17.479)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**171.600**	**27.125**	**110.878**	**-**	**17.479**	**-**	**327.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		36.797	51.030
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(7.883)	(3.571)
- Imposto de renda e contribuição social correntes		20.421	20.952
- Provisão para perdas esperadas de créditos	9	1.405	-
- Pis e Cofins diferidos	13	(5.825)	(4.737)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(4.541)	(3.368)
- Juros sobre mútuo	11	-	2.094
- Ativo de contrato - remuneração	10	(58.458)	(64.709)
		(18.084)	**(2.310)**
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		1.731	(1.214)
- Ativo de contrato	10	117.339	112.285
- Impostos e contribuições a recuperar		-	3
- Outros ativos		4.310	(2.676)
- Fornecedores		341	171
- Salários e encargos		39	(536)
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(3.866)	(3.641)
- Outros impostos a recolher		705	316
- Encargos setoriais		(175)	852
- Outros passivos		(559)	(3.707)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**101.781**	**99.543**
Impostos pagos sobre o lucro		(17.920)	(17.594)
Mútuo - pagamento de juros	11	-	(2.483)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**83.861**	**79.466**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(106.962)	(104.051)
Títulos e valores mobiliários - resgates		118.109	134.263
Imobilizado e intangível		-	1
Caixa proveniente das atividades de investimento		**11.147**	**30.213**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	21 (b)	(95.021)	(73.354)
Mútuo - pagamento de principal	11	-	(36.335)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(95.021)**	**(109.689)**
(Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(13)**	**(9)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		108	118
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**95**	**108**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A LT Triângulo S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 2 de março de 2005 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. ("CRTE"). A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") possui 100% de participação na CRTE, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a APG Infrastructure Pool 2012 com 49%. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de fevereiro de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações. **3.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **3.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de 8% de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção de 22%, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 13% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar. **3.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **3.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

José Maurício Scovino de Souza Diretor — **Marcus Hansen Balata** Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo Contador CRC-RJ 111193/O-8

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278

VERÃO: Sol com nuvens durante o dia. Chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 27º 21º 85% 06:05 18:31

EPIDEMIA

Estado de São Paulo decreta emergência para dengue

DANIEL MELLO/ABRASIL

O governo de São Paulo decretou ontem estado de emergência para a dengue. A Secretaria Estadual da Saúde já registrou 31 mortes pela doença em 21 municípios, sendo que outros 122 óbitos ainda estão em investigação. Além do estado, 22 municípios paulistas também já decretaram estado de emergência.

De acordo com o Centro de Operações Emergenciais (COE), organismo criado para monitorar a doença em São Paulo, o estado atingiu 300 casos confirmados para cada grupo de 100 mil habitantes nos últimos dias, o que aponta para necessidade da tomada de medidas urgentes para conter a situação.

Desde o início do ano, o estado registra 138.259 pessoas infectadas. O decreto de emergência facilita o recebimento de recursos do governo federal e agiliza processos em ações de combate à doença. A medida também pode embasar a tomada de decisões pelos municípios afetados.

Em entrevista coletiva ontem, o governo estadual informou que pretende investir os recursos federais principalmente na aquisição de máquinas de nebulização, insumos e contratação de pessoal, de forma a ampliar a capacidade da rede de atendimento de saúde.

A Secretaria Estadual de Saúde também atualizou as orientações do sistema de distribuição de leitos hospitalares para que os pacientes com dengue tenham prioridade no atendimento de alta complexidade.

Há cerca de um mês, o governo estadual criou o Centro de Operações de Emergências (COE), que antecipou o pagamento de R$ 205 milhões aos 645 municípios paulistas para investimentos em saúde.

BRASIL

Os estados do Acre, Distrito Federal, Goiá, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina também decretaram estado de emergência devido à alta de casos de dengue. Em todo país já são 1,2 milhão de casos da doença, com 278 mortes confirmadas neste ano e 744 em investigação.

TRANSPORTE PÚBLICO

Duas em cada três mulheres já sofreram assédio em SP

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Duas em cada três mulheres já sofreram algum tipo de assédio na capital paulista, número que representa cerca de 3,4 milhões de pessoas. O local em que elas percebem maior risco de serem assediadas é o transporte público. Os dados são da pesquisa Viver em São Paulo: Mulheres, realizada pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec).

Lançado ontem, o levantamento apresenta a percepção dos moradores e moradoras de São Paulo sobre temas como divisão de tarefas domésticas, violência e assédio contra as mulheres.

Questionadas sobre os tipos de assédio que já sofreram, 53% das entrevistadas apontaram gestos, olhares incômodos ou comentários invasivos; 44% já sofreram assédio no transporte público e 29% dentro do ambiente de trabalho. Entre as entrevistadas, 25% disseram que já foram agarradas, beijadas ou desrespeitadas em outra situação sem o seu consentimento; 15% sofreram assédio dentro do transporte particular; e 13% das mulheres dizem que já sofreram assédio no ambiente familiar.

A maior parte das mulheres acredita que corre mais risco de sofrer assédio no transporte público (37%), seguido da rua (24%), bares e casas noturnas (10%) e pontos de ônibus (8%).

Para 49% do total de entrevistados (homens e mulheres), o aumento da pena dos agressores é a medida prioritária para combater o assédio e a violência contra a mulher. A segunda medida mais mencionada é a ampliação dos serviços de proteção (37%). Em seguida, vem a criação de novas leis (35%) e agilizar o andamento da investigação (30%).

TAREFAS DOMÉSTICAS

As mulheres são totalmente responsáveis ou assumem a maior parte das tarefas domésticas em 41% dos lares do município de São Paulo. Também em uma parcela de 41% das residências as tarefas são divididas igualmente entre homens e mulheres.

A pesquisa concluiu que a diferença de percepção sobre a divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres é latente. Para 32% das mulheres, esse tipo de serviço é dividido igualmente; entre os homens, o percentual sobe para 50%.

Além disso, 4% dos homens e 13% das mulheres dizem que a realização de tarefas domésticas é responsabilidade apenas das mulheres; na pesquisa do ano passado, esse percentual era de 12% e 19%, respectivamente.

As tarefas domésticas mais realizadas pelas mulheres são limpar a casa, preparar as refeições e lavar a louça. Entre os homens, as tarefas mais realizadas são a manutenção da casa, tirar o lixo e organizar a casa.

De acordo com a Rede Nossa São Paulo, o estudo mostrou que as mulheres se responsabilizam mais pelas tarefas do cotidiano, incluindo os cuidados com os filhos, e os homens se dedicam mais aos afazeres complementares, como consertos em geral e organização.

"A percepção captada pela série histórica confirma a sobrecarga do cotidiano feminino e não mostra sinais de mudanças significativas em relação ao estereótipo do papel de cada gênero no dia a dia do lar", diz a entidade, em nota.

CECTI-SP

Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia começa amanhã

Começa amanhã, na capital paulista, a Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECTI-SP) – evento preparatório do Estado de São Paulo para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), que ocorrerá de 4 a 6 de junho em Brasília.

Organizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de São Paulo em parceria com a FAPESP, a CECTI-SP tem o objetivo de debater os principais desafios da CT&I no Estado e como contribuir para a agenda nacional do setor na próxima década.

"De acordo com as diretrizes do governador Tarcísio de Freitas, torna-se essencial estimular ainda mais a ciência e a tecnologia em solo paulista. No Estado de São Paulo, encontramos instituições de ensino superior e centros de pesquisa de renome internacional, eles são verdadeiros pioneiros na geração de conhecimento científico, promovendo diálogos e debates que fortalecem a ciência por meio da inovação e da pesquisa contínua. Este evento busca discutir como melhor aproveitar essa competência e buscar sinergia nas ações", afirma o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan. "É um evento preparatório para a 5ª CNCTI, mas os temas abordados, como o financiamento da pesquisa e inovação, o fortalecimento dos sistemas regionais de fomento à pesquisa, a transição digital e a energética, não necessariamente coincidem com os do evento nacional. De qualquer forma, são importantes para a política do Estado", acrescenta.

Ao longo de dois dias, a programação do evento se dividirá em quatro eixos temáticos: "Modelos de Financiamento e de Organização da Pesquisa e da Inovação. O papel do Estado, das Instituições de Pesquisa, das Fundações, das ONGs, das Organizações Sociais e do Setor Empresarial Público e Privado. Modificações e avanços da legislação. Desafios institucionais"; "Estratégias e avanços na formação de recursos humanos. Os desafios da pós-graduação. Estímulos à carreira científica: incentivos a jovens cientistas, atração de talentos, inclusão e diversidade"; "Fortalecimento dos Sistemas Regionais e Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação. O modelo de São Paulo: sucessos e desafios"; e "Agenda dos Temas Estratégicos para o Desenvolvimento Científico, Social e Econômico. Visão de Longo Prazo e Prioridades Atuais. Pesquisa orientada por missão".

Além de palestras e debates, todas as oito sessões oferecerão amplo espaço para discussões e recomendações. A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, participará da sessão de encerramento da conferência, que será realizada na tarde de sexta-feira.

"A Conferência Estadual insere-se em um amplo conjunto de iniciativas preparatórias para a Conferência Nacional. Deverá focar em propostas e sugestões para as estratégias brasileiras, com ênfase especial em como o fortalecimento dos sistemas estaduais e regionais de CT&I poderá contribuir para a estabilidade e o aumento da expressão local da ciência brasileira", comenta Marco Antonio Zago, presidente da FAPESP.

As inscrições para a participação presencial já estão encerradas, mas os interessados em assistir à Conferência Estadual virtualmente podem se inscrever pela página do evento. As atividades serão transmitidas a partir das 8h30 de quinta-feira, por link do Zoom que será fornecido aos inscritos.

Também será possível assistir ao evento pelo canal da Agência FAPESP no YouTube. Os links são:

TRAVESSIA

Sistema de balsas são Sebastião-Ilhabela vai passar por reforma

RENATA OKUMURA/AE

A travessia São Sebastião-Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, passará por reforma a partir deste mês, conforme a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Nesse período, a obra pode reduzir a capacidade operacional no sistema e aumentar o tempo de espera.

Serão reformados os flutuantes metálicos, os dolfins de costagem e manobra (estruturas de atracação e amarração das embarcações). Também haverá ações nas passarelas de pedestres e pontes mistas de embarque e desembarque. Segundo o Estado, o investimento é de R$ 6,9 milhões em cada margem.

No verão, o sistema foi alvo de críticas diante de filas que superavam as seis horas para chegar a Ilhabela, um dos principais destinos turísticos do litoral paulista no verão. Com a reforma, a redução temporária na capacidade é prevista por causa das interdições parciais dos flutuantes.

"Com isso, consequentemente, haverá impacto nos tempos de espera nas filas já que menos espaços de atracação de balsas estarão disponíveis", afirma a secretaria.

A secretaria disse ainda que planeja investir R$ 243 milhões em reforma de embarcações, modernização de terminais e aquisição de 50 motores ao longo do ano, visando à melhoria operacional e modernização dos equipamentos.

De acordo com dados de janeiro de 2024, a travessia entre São Sebastião e Ilhabela recebe diariamente cerca de 5,7 mil pedestres, 760 ciclistas, quase 800 motos e 5,3 mil veículos, volume diário total médio perto de 12,6 mil.

ACOMPANHAMENTO

Os usuários devem programar antecipadamente a viagem, acompanhando as condições do serviço pelo site e pelo telefone 0800 7733 711.

Longas filas de espera no ano passado com embarcações em manutenção

Em setembro de 2023, moradores e turistas estavam levando mais de seis horas para fazer de carro a travessia de balsa entre São Sebastião e Ilhabela. Na época, a Semil justificou que a demora tinha sido provocada pela alta procura de turistas, assim como embarcações em manutenção.

"O motivo é a combinação de fatores, como o aumento na demanda de caminhões - antecipando a procura turística pela região no fim de semana de calor - e a necessidade de manutenção corretiva pontual em duas embarcações da frota", alegou na ocasião.

Em um dos dias em que a situação era de caos, cinco balsas estavam paradas para manutenção ou reforma e apenas duas operavam a travessia.

Com a proximidade do Réveillon, o problema se repetiu. À época, a secretaria também atribuiu a demora a problemas climáticos.

UNIVERSIDADE

USP tem 72 horas para matricular aluno rejeitado em avaliação de cota

A Universidade de São Paulo (USP) tem prazo de 72 horas para restabelecer a matrícula do estudante Glauco Dalalio do Livramento, de 17 anos, na Faculdade de Direito. Ele fora aprovado em primeira chamada pelo Provão Paulista, mas não foi considerado pardo pela Comissão de Heteroidentificação da USP. A rejeição o fez perder a matrícula.

Segunda-feira, o juiz Radolfo Ferraz de Campos, da 14ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo concedeu liminar determinando o restabelecimento da matrícula na instituição no prazo de três dias. O magistrado entendeu que a avaliação feita pela comissão "ofendeu a isonomia", pois foi realizada por meio de fotografia e de conversa com o candidato por videochamada pela internet.

Glauco Dalalio do Livramento mora em Bauru, distante cerca de 330 quilômetros da capital paulista, e concorreu a uma vaga para estudantes egressos do ensino público e autodeclarados PPIs – pretos, pardos e indígenas. No ato da inscrição, ele se declarou pardo.

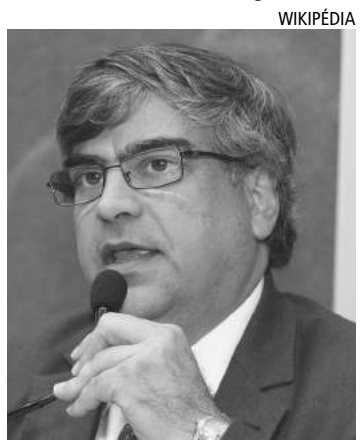
O relatório da Comissão de Heteroidentificação, feito com base na avaliação fotográfica e na entrevista pela internet, o apontou como um candidato de "pele clara, boca e lábios afilados, cabelos lisos, não apresentando o conjunto de características de pessoa negra".

"Ao que parece, não se querendo aqui pura e singelamente substituir as bancas julgadoras administrativas (a de origem, que decidiu por maioria, e a recursal, à unanimidade), não se pode mesmo olvidar que o autor é simplesmente filho de pessoa de raça negra, e eventualmente imagens que ora o favoreçam, ora não, na conclusão de pertencimento à raça negra, seja preta ou parda, não parece aqui ser um critério razoável em contexto como este, quanto menos para aferição à distância", diz parte do despacho do juiz.

Na semana passada, a defesa do estudante acionou a Justiça ao alegar que a avaliação de heteroidentificação dos candidatos não seguia critérios iguais, uma vez que os egressos do vestibular próprio da USP eram avaliados de forma presencial, enquanto os oriundos de outros vestibulares, como foi o caso de Glauco, passariam pelo processo de avaliação de forma remota. A reitoria da universidade estuda agora modificar o sistema de avaliação de cotistas estendendo o modelo presencial a todos os candidatos.

"Há, pois, prova indicativa da probabilidade do direito alegado. O perigo da demora é inerente à própria exclusão do curso universitário para a qual, inclusive, já tinha se pré-matriculado, dada a sequência que terá, o que poderá implicar prejuízo irreversível", concluiu o juiz.

WIKIPÉDIA



NOTA DA USP

Em nota, a Universidade de São Paulo diz que cumprirá "quaisquer ordens judiciais e que apresentará em juízo "todas as informações que explicam e fundamentam o procedimento de heteroidentificação".

Também na USP, mas no curso de medicina, Alison dos Santos Rodrigues, de 18 anos, autodeclarado pardo e que obteve classificação pelo Provão Paulista, teve a matrícula cancelada após a Comissão de Heteroidentificação concluir que ele não é pardo.

A 2ª Vara Cível do município de Cerqueira César, interior paulista, onde Alison reside, deu prazo de cinco dias para a USP explicar a razão de ter rejeitado a autodeclaração, o que o levou a perder a vaga no curso.

A Justiça determinou ainda multa diária de R$ 500, limitada a R$ 20 mil, caso a ordem seja descumprida pela instituição de ensino.

REITOR

O reitor da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Carlotti Junior (**foto**), pretende alterar o sistema de heteroidentificação de candidatos às vagas de cotas raciais da instituição. Nas últimas semanas, casos de candidatos autodeclarados pardos que tiveram a matrícula negada colocaram luz no debate - a Justiça já ordenou a universidade a restabelecer a matrícula de um deles.

Carlotti Junior prevê que todas as entrevistas com os candidatos às vagas de cotas raciais passem a ocorrer de forma presencial, e não mais virtual. A USP, inclusive, estaria disposta a pagar as passagens dos estudantes que moram longe da universidade. "É mais barato arcar com o custo das viagens do que deixar qualquer dúvida no ar e expor a instituição", disse Carlotti Junior em entrevista à Folha de S.Paulo.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278

ROUBALHEIRA

TCU vê fraudes em contratos da PRF no governo Bolsonaro

RAFAELA FERREIRA/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) instaurou auditoria para fiscalizar contratos entre o governo federal e a empresa Combat Armor Defense do Brasil e com sua filial. Segundo relatório da Corte de Contas foram identificados indícios de irregularidades em contratações envolvendo a empresa e unidades da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Os contratos tiveram por objeto a aquisição de veículos blindados especiais, a implementação de proteção balística parcial em viatura e a transformação de viaturas, incluindo blindagens e outras adaptações.

O documento mostra que o "nascimento" da Combat Armor Defese Inc e a representação no Brasil se deu em janeiro de 2019, no início do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A empresa, então, venceu quatro pregões da PRF e um no âmbito do Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa, no valor estimado de R$ 47 milhões.

Em 2020, a empresa venceu um pregão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, cuja ata possuía um valor estimado de R$ 20 milhões.

O relatório do TCU aponta os seguintes indícios de irregularidades já detectados:

- Possível favorecimento na habilitação da Combat Armor, que utilizou atestado de capacidade técnica potencialmente inidôneos, cujas fragilidades eram aparentes;

- Possível favorecimento da empresa por meio de sucessivas prorrogações contratuais;

- Fixação de vigência de contrato com prazo superior ao estabelecido no termo de referência;

- Repasses financeiros da Combat Armor a empresas ligadas a agentes públicos envolvidos nos processos de contratação, com o possível objetivo de beneficiá-la;

- Possível favorecimento à empresa por Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF, em contratações feitas pelo órgão policial;

- Possível superfaturamento na entrega de veículos blindados com qualidade aquém em relação à especificada no termo de referência

O documento também mostra que, em uma consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), foi verificado que a empresa recebeu efetivamente R$ 38 milhões da União, dos quais, R$ 33,5 milhões foram pagos pela PRF. Além de R$ 2,9 milhões pela Polícia Federal (PF) e R$ 273 mil pelo Ministério da Defesa. "Ou seja, esses três órgãos do Governo Federal foram responsáveis por 94,52% dos recursos dispendidos", mostra documento.

A empresa encerrou as atividades no Brasil no primeiro semestre de 2023, ou seja, logo após a mudança do Governo Federal, deixando de cumprir contratos firmados com a PRF e os outros órgãos.

O documento também mostra mais quatro pregões vencidos pela Combat Armor no âmbito da PRF, sendo três na Superintendência da PRF no Rio de Janeiro, nos valores de R$ 6 milhões, R$ 17,7 milhões e R$ 9 milhões, em 2020. E, por fim, uma em 2022, no MJ-Departamento da PRF do Distrito Federal, no valor de R$ 14 milhões.

O relatório ainda destacou que os três processos em questão executados ao longo do ano de 2020 foram no período em qual o Brasil atravessava a mais grave crise sanitária e hospitalar de sua história.

"Os procedimentos iniciais destes certames ocorreram subsequentemente ao pronunciamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), que classificou a Covid-19 como uma pandemia global Além disso, em dezembro de 2020, momento em que se realizaram as sessões dos pregões, o país enfrentava as rigorosas consequências do que foi denominado como a segunda onda da Covid-19."

A apuração aponta que, ao pesquisar pelo nome da empresa americana 'Combat Armor' no Google, não há qualquer resultado que indique uma atuação da companhia americana no mercado de blindados ou afins. Para o TCU, há indícios de que a Combat Armor americana se trata de uma empresa de "papel", sem qualquer atuação no ramo de blindados, cujo propósito da reativação e alteração do seu contrato social foi viabilizar negócios no Brasil.

STF

Para Barroso, criminalização do aborto é 'má política pública'

FELIPE PONTES/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, criticou ontem a criminalização do aborto em geral, que disse ser uma "má política pública". Para ele, apesar de o ato ser indesejável, de nada serve aprisionar mulheres que o praticam.

"O aborto é uma coisa indesejável, que deve ser evitado. O papel do estado é impedir que ele aconteça, na medida do possível, dando educação sexual, dando contraceptivos, amparando a mulher que deseje ter o filho, mas colocá-la na cadeia, se viveu esse infortúnio, não serve para absolutamente nada, é uma má política pública a criminalização", disse Barroso.

A declaração foi feita na abertura da sessão desta terça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também presidido por Barroso. O ministro quis registrar o que já foi feito e o que ainda resta por fazer na conquista de direitos pelas mulheres, diante do Dia Internacional da Mulher, celebrado na próxima sexta-feira.

Barroso acrescentou que é possível ser contra o aborto, mas que isso não significa que se deva prender as mulheres "que passam por esse infortúnio". Ele acrescentou ainda ser necessário avançar na conquista de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e que isso deve ser feito "na velocidade máxima possível".

A declaração ocorre após Barroso ter dito, em dezembro, que não deve pautar o julgamento sobre aborto no curto prazo no Supremo, onde é responsável por montar a agenda de julgamentos. Segundo o ministro, o debate sobre a questão ainda não está amadurecido no país para poder ser retomado pela Corte.

Em setembro do ano passado, a então presidente do Supremo, ministra Rosa Weber, pautou a ação sobre o assunto e votou, poucos dias antes de se aposentar, a favor de descriminalização até a 12a semana de gestação.

O julgamento, que ocorria no plenário virtual, foi então interrompido por um pedido de destaque (remessa ao plenário físico) feito pelo próprio Barroso, que assumiu a presidência do Supremo em seguida.

TSE

Regras para pesquisas eleitorais nas eleições de 2024 são definidas

JULIA CAMIM/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu as regras para realização e divulgação de pesquisas eleitorais nas eleições municipais deste ano. A resolução está entre as normas relatadas pela vice-presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e publicadas pela Corte na última sexta-feira. O texto altera trechos da resolução de 2019 sobre o tema e mantém o dia 1º de janeiro do ano eleitoral como data inicial para que entidades registrem as pesquisas de opinião pública no sistema.

O cadastro no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle) deve ocorrer até cinco dias antes da divulgação dos resultados da pesquisa e exige dados sobre o contratante e a empresa que realizou o levantamento. Os valores e a origem dos recursos também devem ser informados, assim como a metodologia utilizada, o tamanho da amostra, a margem de erro, o nível de confiança e o período em que foi realizada a pesquisa.

Ainda são requeridos dados dos entrevistados, como gênero, idade, grau de escolaridade e renda, além do questionário aplicado e do nome do profissional estatístico responsável pela pesquisa. O relatório completo com os resultados do levantamento deverá ser enviado para a Justiça Eleitoral a partir do dia em que a pesquisa puder ser divulgada e até o dia seguinte.

Segundo a resolução 23.727/2024, os levantamentos de intenções de voto realizados antes do dia da eleição podem ser divulgados a qualquer momento. Apenas as pesquisas realizadas no próprio dia do pleito não podem ser divulgadas antes das 17h (horário de Brasília) - quando termina a votação.

IRREGULARIDADES

Em caso de suspeita de irregularidades, Ministério Público, candidatos, partidos, coligações e federações partidárias poderão solicitar acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização à Justiça Eleitoral. Se forem comprovados irregularidade e perigo de dano às eleições, a divulgação dos resultados da pesquisa pode ser suspensa. Ainda pode ser determina a inclusão de esclarecimentos no relatório.

Outro ponto que o novo texto estabelece é a diferença entre pesquisa e enquete ou sondagem. De acordo com a resolução, apenas a pesquisa possui plano amostral e utilização de método científico para sua efetivação. Por isso, enquetes divulgadas e apresentadas como pesquisas eleitorais serão tratadas como pesquisas de opinião pública não registradas na Justiça Eleitoral.

A multa aplicável nos casos de divulgação de pesquisa sem registro de informações no sistema varia de R$ 53.205 a R$ 106 410. Já a pesquisa fraudulenta configura crime que, além da multa, tem pena de detenção de seis meses a um ano.

Além das regras para pesquisa eleitoral, também foram votadas as normas relativas ao fundo eleitoral, a propagandas eleitorais, auditorias e fiscalizações do pleito e prestação de contas.

GRUPO GOLPISTA

União adere à ação contra Jovem Pan

CAMILA BOEHM/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da União disse à Justiça que vai entrar como autora da ação civil pública que pede o cancelamento das outorgas de rádio da Jovem Pan. O pedido contra a emissora foi feito em ação ajuizada em junho do ano passado pelo Ministério Público Federal (MPF).

De acordo com o MPF, a ação foi motivada pelo alinhamento da emissora à campanha de desinformação, com veiculação sistemática de conteúdos que atentaram contra o regime democrático, e atos que configuram abusos da liberdade de radiodifusão. A ação destaca que comentaristas elogiavam a ditadura militar, defendiam atos violentos e alegavam falta de autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF).

"É importante destacar, desde já, que a União adere integralmente ao objeto desta ação, como acima demarcado, no sentido de fazer cessar e promover consequências ante as graves e reiteradas condutas da ré ao promover desinformação em larga escala sobre o sistema eleitoral brasileiro", diz documento assinado pelo procurador-geral Marcelo Eugênio Feitosa Almeida, nesta terça-feira.

Em primeira manifestação à Justiça na segunda-feira, a AGU informou que não havia interesse da União em migrar para o polo ativo da demanda, ou seja, tornar-se autora da ação. O documento foi assinado pela procuradora da União, Silvia Helena Serra, e pelo advogado da União, Artur Soares de Castro.

Ainda na segunda, no entanto, o advogado-geral da União, Jorge Messias, publicou à noite, na rede social X, que havia determinado à Procuradoria-Geral da União a apresentação de nova manifestação para declarar "expressamente o ingresso da União no polo ativo da demanda, ao lado do Ministério Público Federal".

"Tudo em ordem a evitar incompreensões sobre a posição da atual gestão da Advocacia-Geral da União. Não toleramos e não toleraremos ataques à democracia, razão pela qual estaremos ao lado do Ministério Público Federal para apurar a conduta da concessionária de radiodifusão", finalizou Messias.

Na manifestação de ontem, Almeida se retrata do posicionamento anterior e diz que irá atuar ao lado do Ministério Público Federal na defesa "da higidez e confiança do sistema eleitoral e do princípio democrático, deduzindo os pedidos que reputar cabíveis necessários e proporcionais para promover a efetiva responsabilização da ré".

As frequências de rádio da emissora, cujo cancelamento é pedido pelo MPF, estão em operação em São Paulo e Brasília. O grupo dispõe ainda de mais de cem afiliadas, que retransmitem o sinal a centenas de municípios em 19 estados, alcançando milhões de ouvintes.

Na ação, o MPF pediu antecipação de tutela em relação ao direito de resposta, com objetivo de neutralizar e contrabalancear os efeitos danosos dos conteúdos veiculados pela emissora; ao cancelamento das outorgas da Jovem Pan; e indenização pelos danos morais coletivos causados à sociedade brasileira. Na manifestação de ontem, a União pediu "o indeferimento do pedido de tutela antecipada formulado pela parte autora em face da União". Na segunda manifestação, a PGR diz que "a União reitera pontual indeferimento do pedido de tutela" e que apresentará ainda sua manifestação conclusiva, no prazo concedido.

DETALHES DA AÇÃO

A ação pretende responsabilizar a empresa "pela veiculação sistemática e multifacetada", ao menos entre 1º janeiro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, de tais conteúdos, como notícias falsas, calúnia contra membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, incitação à desobediência da legislação e de decisões judiciais, e à rebeldia e indisciplina das Forças Armadas e de forças de segurança pública.

"A Jovem Pan disseminou reiteradamente conteúdos que desacreditaram, sem provas, o processo eleitoral de 2022, atacaram autoridades e instituições da República, incitaram a desobediência a leis e decisões judiciais, defenderam a intervenção das Forças Armadas sobre os poderes civis constituídos e incentivaram a população a subverter a ordem política e social", disse, em nota, o MPF.

SENADO

Pacheco vai esperar STF julgar porte de maconha

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem, que vai esperar o Supremo Tribunal Federal (STF) terminar o julgamento sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal antes de pautar a votação da chamada PEC das Drogas. A proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo senador, endurece a legislação antidrogas e criminaliza a posse e o porte de qualquer quantidade de entorpecentes ilícitos.

"É muito importante, eu disse a eles (senadores), nós aguardarmos a decisão do Supremo Tribunal Federal, que julga um caso concreto, um recurso extraordinário e que discute aspectos de constitucionalidade, de descriminalização. Eu já externei o meu ponto de vista em relação a isso, da integridade da lei que foi votada no Congresso Nacional. Vamos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal e fazer uma avaliação", afirmou Pacheco.

O relator da PEC das Drogas, senador Efraim Filho (União-PB), tinha uma expectativa de que a proposta fosse votada nesta quarta-feira, 6, ao mesmo tempo que o STF vai retomar o julgamento sobre o tema. Falta apenas um voto para a Corte formar maioria pela liberação do porte da maconha para consumo próprio. Os magistrados ainda precisam definir critérios específicos, como a quantidade que diferenciará o usuário do traficante de drogas.

Pacheco afirmou nesta quarta que não há possibilidade de a PEC, que atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, ser pautada nesta semana. Segundo o presidente do Senado, o tempo é necessário para avaliar a decisão que será tomada pelo Supremo.

O senador também disse que o País "não pode permitir" uma descriminalização do porte da maconha para uso pessoal. "O Brasil não pode permitir uma liberação, uma descriminalização, sem uma discussão de política pública, científica, pelo Congresso Nacional, que é o representante do povo. A gente defende a manutenção da lei, da constitucionalidade da lei que foi votada, da criminalização de condutas, tanto de tráfico quanto do porte para uso", afirmou.

Pela legislação atual, aprovada pelo Congresso em 2006, o porte de drogas para uso pessoal é considerado crime, mas não leva à prisão. Entre as penas aplicadas, estão a prestação de serviços à comunidade e o cumprimento de medidas socioeducativas por até dez meses.

PEC E STF

A PEC das Drogas foi apresentada em setembro do ano passado, após cinco ministros do STF votarem pela liberação do porte da maconha para uso pessoal. A análise por parte dos ministros foi paralisada em agosto após um pedido de vista do ministro André Mendonça, que será o primeiro a votar nesta quarta-feira.

Diante de um embate entre o Legislativo e o Judiciário por conta de decisões tomadas pela Corte em temas considerados sensíveis para a sociedade, Pacheco disse na época que decisões do STF não podem criar novas legislações e considerou um "equívoco grave" e "uma invasão da competência do Poder Legislativo" o julgamento sobre o tema.

O texto do relator Efraim Filho prevê a diferenciação entre quem apenas usa qualquer tipo de droga - incluindo a maconha - e quem trafica as substâncias. A diferenciação, contudo, não descriminaliza o uso. A partir da distinção, são previstas penas diferentes: mais rigorosas para quem vende e mais brandas para o usuário, incluindo tratamento para os dependentes químicos e penas alternativas à prisão.

O texto do relator Efraim Filho prevê a diferenciação entre quem apenas usa qualquer tipo de droga - incluindo a maconha - e quem trafica as substâncias. A diferenciação, contudo, não descriminaliza o uso. A partir da distinção, são previstas penas diferentes: mais rigorosas para quem vende e mais brandas para o usuário, incluindo tratamento para os dependentes químicos e penas alternativas à prisão.

VERÃO: Sol com nuvens durante o dia. Períodos de nublado, com chuva. Manhã Tarde Noite 31º 24º 85% 05:55 18:15

CRIME NO CENTRO

Policial procurado por assassinato de advogado, se entrega

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O policial militar (PM) Leandro Machado da Silva, suspeito de envolvimento no assassinato do advogado Rodrigo Marinho Crespo, morto com pelo menos 10 tiros no último dia 26, se entregou ontem à polícia. Ele compareceu à Delegacia de Homicídios da Capital (DHC), na Barra da Tijuca.

Horas antes de o PM se entregar, agentes da DHC prenderam Cezar Daniel Mondego de Souza. Segundo investigações, ele é a terceira pessoa suspeita de envolvimento no assassinato do advogado. O outro suspeito é Eduardo Sobreira Moraes, que está foragido da Justiça de segunda-feira passada.

Leandro Machado da Silva é lotado no 15º Batalhão de Polícia Militar (BPM), em Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio. Ele já tem histórico de prisão pela prática de homicídio e por integrar uma milícia em Duque de Caxias.

Cezar Daniel era funcionário nomeado da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) desde 2019. Ele deixou o cargo no começo deste mês e seria substituído por Eduardo. Mas a portaria sobre a mudança foi tornada sem efeito. Segundo a Alerj, Cezar segue exonerado e o cargo está vago. O motivo da exoneração não foi informado.

INVESTIGAÇÃO

De acordo com a Polícia Civil, Cezar e Eduardo foram responsáveis pela vigilância e monitoramento do advogado nos dias que antecederam o crime e na parte da manhã e no início da tarde do dia do assassinato.

A dupla usava um carro Gol branco, parecido com o dos executores, flagrado por câmeras de segurança. O carro foi entregue para Eduardo pelo PM Leandro Machado. Os investigadores afirmam que Leandro é o responsável por coordenar toda a logística do crime.

A Polícia Civil segue na apuração para identificar os demais envolvidos e a motivação do crime.

O CRIME

Rodrigo Marinho Crespo foi alvejado por tiros às 17h15 do dia 26 de fevereiro. Ele tinha acabado de sair do escritório de advocacia Marinho & Lima Advogados, do qual era um dos sócios. O prédio fica a poucos metros da da sede da Ordem dos Advogados do Brasil fluminense (OAB-RJ). Na mesma rua ficam o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública do Estado.

Rodrigo Marinho Crespo tinha ampla experiência em direito civil empresarial com ênfase em contratos e em direito processual civil.

PM ENVOLVIDO

Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Polícia Militar (PM) informou que o PM Leandro Machado já estava afastado do serviço nas ruas, pois responde a um outro inquérito por participação em organização criminosa, tendo sido preso preventivamente em abril de 2021.

A corporação acrescenta que a Corregedoria Geral já havia instaurado um procedimento administrativo disciplinar em relação ao policial, que pode terminar em expulsão.

REGIÃO DOS LAGOS

Médica é achada enterrada no quintal de casa em Rio das Ostras

RARIANE COSTA/AE

A Polícia Civil do Rio de Janeiro localizou o corpo da médica endocrinologista Glaubenia Serpa Costa, de 53 anos, em Rio das Ostras, na Região dos Lagos, na segunda-feira passada. A médica estava desaparecida desde o ano passado e foi encontrada enterrada no quintal da própria casa.

O corpo foi localizado após um funcionário da médica confessar o crime em depoimento e levar a polícia até o local onde havia escondido o corpo da vítima. O homicídio, segundo a polícia, ocorreu em julho de 2023 com golpes de faca, arma que foi entregue aos agentes. A motivação do crime teria relação com desentendimentos entre o principal suspeito e a vítima.

A investigação apontou que o funcionário da endocrinologista movimentou as redes sociais da vítima nos últimos meses buscando evitar desconfianças. A última postagem foi feita em dezembro, cinco meses depois da morte.

As publicações envolviam vídeos e fotos motivacionais que não mostravam a imagem de Glaubenia. A polícia também descobriu que o carro da mulher estava no nome do então funcionário - e o veículo foi apreendido.

Glaubenia morava no Rio de Janeiro mas era natural do Ceará, a Polícia Civil investigava o desaparecimento da médica desde janeiro por um pedido do Ministério Público.

MANGUINHOS

Ato pede condenação de PM que matou jovem

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

"Se eu fosse uma mãe branca, se o meu filho fosse um jovem branco, morador de uma classe alta, será que eu também estaria esperando 10 anos?". Esta pergunta é da Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha de Oliveira Lima. Em maio de 2014, quando tinha 19 anos, o jovem foi morto por um tiro disparado pelo policial militar (PM) Alessandro Marcelino de Souza na favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, onde morava.

"Será que o policial que assassinou meu filho estaria solto, estaria respondendo processo em liberdade?", insistiu a mãe nesta ontem, durante ato em frente ao Tribunal de Justiça, no centro da cidade. A família e movimentos de defesa dos direitos humanos marcaram a manifestação para o dia em que, enfim, começou o julgamento do PM.

O ato estava marcado para as 9h30, mas a mãe em busca de justiça não conseguiu chegar na hora. O motivo do atraso é velho conhecido: uma operação da PM na comunidade.

GUERRA NO ORIENTE

Hamas rechaça proposta de cessar-fogo temporário

O Hamas insiste num cessar-fogo permanente e na retirada completa das tropas israelenses de Gaza, ao invés de uma pausa temporária nas hostilidades, disse um responsável político do grupo.

"A segurança do nosso povo só será alcançada por meio de um cessar-fogo permanente, do fim da agressão e da retirada de cada centímetro da Faixa de Gaza", disse Osama Hamdan a jornalistas, em Beirute, ontem. As negociações de cessar-fogo no Cairo terminaram sem avanços.

A administração do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, apoiador de Israel, pressiona por um cessar-fogo temporário antes do início do mês sagrado muçulmano do Ramadã. Hamdan disse que a posição de Washington é, essencialmente, que "Israel tem o direito de parar de matar por algumas semanas e depois voltar a essa matança".

O bombardeio e a invasão de Gaza por Israel após um ataque liderado pelo Hamas ao sul do território israelense em 7 de outubro matou mais de 30 mil palestinos, segundo o Ministério da Saúde de Gaza.

O acordo proposto proporcionaria uma pausa de seis semanas nas hostilidades, com entrada de ajuda. O Hamas libertaria cerca de 40 reféns e Israel devolveria um número não especificado de prisioneiros palestinos.

Israel não enviou uma delegação ao Cairo, dizendo que estava à espera da entrega pelo Hamas de uma lista de reféns que ainda estão vivos. Hamdan disse que isso não era relevante para a proposta de cessar-fogo e acusou Israel de usá-lo como desculpa para evitar as negociações.

O representante do Hamas disse que os recentes lançamentos aéreos de ajuda humanitária, inclusive por parte dos Estados Unidos, foram inadequados e apelou à comunidade internacional para "utilizar métodos mais eficazes de entrega de ajuda, como a abertura de passagens para levar essa ajuda por terra".

EUA

FAA encontra 'vários casos' em que Boeing ignorou regras de segurança

GABRIEL TASSI LARA/AE

A Administração Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos informou na segunda-feira passada, que, após uma auditoria de seis semanas realizadas na Boeing e na Spirit AeroSystems, foram encontrados "vários casos" em que as companhias não atenderam aos requisitos de controle de qualidade de fabricação.

"A FAA identificou problemas de não conformidade no controle do processo de fabricação, manuseio e armazenamento de peças, e controle de produtos da Boeing", informou a agência, em nota.

Numa reunião na sede da FAA em Washington, na semana passada, a Boeing foi informada que deverá incorporar as conclusões da auditoria em seu plano de ações corretivas, para garantir que esses problemas de controle de qualidade serão corrigidos. A agência exigiu que a Boeing apresente seu plano de ação em até 90 dias.

A agência tem tomado medidas para garantir os protocolos de segurança nas fábricas da Boeing após um plugue da porta de uma aeronave da Boeing ter explodido em um voo da Alaska Airlines, em 5 de janeiro.

MAR NEGRO

Ucrânia diz ter destruído navio de patrulha mais moderno da frota russa

A Ucrânia reivindicou ontem, um ataque a outro navio de guerra da Rússia no Mar Negro, perto da península anexada da Crimeia, usando drones marítimos de alta tecnologia. As autoridades russas não reconheceram o ataque.

A agência de inteligência militar ucraniana disse que uma de suas unidade de operações especiais destruiu o grande navio de patrulha Sergey Kotov durante a noite, com embarcações Magura V5 não tripuladas, que são desenhadas e construídas na Ucrânia e carregadas de explosivos. O ataque ocorreu perto do Estreito de Kerch, segundo Kiev.

O navio Sergey Kotov pode transportar mísseis de cruzeiro e cerca de 60 tripulantes e é o mais moderno entre os navios de patrulha da Rússia, de acordo com a Ucrânia, que ressaltou em comunicado que a embarcação alvo deste último ataque já havia sido "gravemente danificada" em setembro, em um outro ataque de sua autoria.

O porta-voz do serviço de inteligência militar ucraniano GUR, Andriy Yusov, afirmou que a situação da tripulação do navio ainda está "sendo elucidada". "Há mortos e feridos. De qualquer forma, é provável que parte da tripulação tenha sido retirada."

O Ministério da Defesa da Ucrânia postou no X um vídeo do que disse ser o ataque noturno ao Sergey Kotov. As imagens mostram um drone naval se aproximando do Sergei Kotov, de 94 metros de comprimento, e depois uma explosão que provoca um grande clarão e lança destroços no ar.

O Ministério da Defesa russo não fez comentários oficiais sobre o ataque, e a afirmação ucraniana não pôde ser imediatamente verificada de forma independente. A empresa de segurança privada Ambrey disse que o ataque ocorreu no porto de Feodosia, na Crimeia, que a Rússia anexou em 2014. A empresa afirmou ter visto imagens feitas por um membro da tripulação de um navio mercante no porto, mostrando Sergey Kotov atirando contra os drones.

Em fevereiro, a Ucrânia afirmou ter afundado duas vezes navios de guerra russos usando drones. Em 1º de fevereiro, alegou ter afundado a corveta russa Ivanovets, armada com mísseis, e em 14 de fevereiro disse ter destruído o navio de desembarque Caesar Kunikov. Da mesma forma, as autoridades russas não confirmaram essas afirmações.

ALEMANHA

Ministra apoia adesão de países bálcãs à UE, em meio à guerra na Ucrânia

Ministra de Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock disse ontem, que a adesão dos países dos Bálcãs Ocidentais à União Europeia (UE) é uma "necessidade geopolítica" que tornaria a Europa mais forte frente à guerra entre Rússia e Ucrânia.

As seis nações - Albânia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Kosovo, Montenegro e Macedônia do Norte - encontram-se em diferentes fases do processo de adesão à UE, após um período de guerras e crises na década de 1990.

"Gostaria que todos os seis países dos Bálcãs Ocidentais pudessem aderir", disse Annalena Baerbock durante uma visita a Sarajevo, capital da Bósnia e Herzegovina. "As condições para isso devem ser criadas."

Baerbock viajou para Montenegro e Bósnia para apoiar a sua integração no bloco de 27 nações.

A Rússia tradicionalmente domina os Bálcãs, particularmente entre os cristãos ortodoxos sérvios.

O líder dos sérvios da Bósnia, Milorad Dodik, tem sido abertamente pró-Rússia enquanto enfrenta sanções dos EUA e do Reino Unido pelas suas políticas separatistas na Bósnia. Na Sérvia, o governo populista se recusou a aderir às sanções ocidentais contra Moscou.

Seus pedidos de adesão estão paralisados há anos. Mas depois da guerra da Rússia contra a Ucrânia, os responsáveis da UE oferecem agora um pacote de 6 bilhões de euros aos países dos Bálcãs Ocidentais para encorajar reformas e afastá-los da influência russa. Para que os candidatos adiram à UE, têm de passar por um longo processo para alinhar as suas leis e normas com as do bloco e mostrar que as suas instituições e economias cumprem as normas democráticas.

"A guerra de agressão russa não está sendo travada apenas com bombas, mísseis, drones e os piores ataques à população civil na Ucrânia, mas, como ouço repetidas vezes aqui nos Bálcãs Ocidentais, também inclui a guerra híbrida", afirmou Baerbock.

Nota

MILEI SUSPENDE MAIOR AGÊNCIA PÚBLICA DE NOTÍCIAS DA ARGENTINA

O governo argentino suspendeu, por uma semana, a agência estatal de notícias *Télam* e cercou dois de seus edifícios em Buenos Aires, depois do anúncio do presidente Javier Milei, na sexta-feira passada, de que fecharia a empresa de 78 anos por ser supostamente um instrumento de propaganda. Com mais de 700 funcionários, entre administrativos, jornalistas e fotógrafos, o serviço de notícias da *Télam* emite mais de 500 notas por dia com informação nacional, cerca de 200 fotografias e conteúdo de vídeo, rádio e redes sociais. "Ontem (domingo passado) à noite nos deparamos com essa decisão brutal do governo de encher de policiais e grades as duas sedes da *Télam*", disse Tomás Eliaschev, jornalista e representante sindical da agência. O porta-voz da presidência, Manuel Adorni, negou que o fechamento da agência seja "parte de uma ditadura" e explicou que a decisão foi tomada em resposta a uma promessa de Milei, durante sua campanha eleitoral, ao anunciar um plano futuro para a empresa. Segundo ele, a presença dos policiais no local era para "evitar qualquer confusão, manter a segurança e garantir que não haveria ninguém que não precisasse estar lá".